



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 680784 - SP (2021/0222689-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : LUCAS ROGERIO DE OLIVEIRA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : FABRICIO ROGERIO FUZATTO DE OLIVEIRA - SP198437  
LUCAS ROGÉRIO DE OLIVEIRA - SP433501  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FABRICIO ALEXANDRE RODRIGUES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FABRICIO ALEXANDRE RODRIGUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0001122-07.2017.8.26.0599), em razão de decisão que não admitiu o recurso especial.

O paciente foi condenado pela prática do delito descrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 às penas de 8 anos e 4 meses de reclusão em regime inicial fechado e de 833 dias-multa, no mínimo legal.

Interposta apelação pela defesa, a Corte estadual negou provimento ao recurso mantendo integralmente o édito condenatório.

Os impetrantes sustentam que a presente demanda foi proposta em foro incompetente e destacam que "o juízo prevento é o da cidade de Capivari, uma vez que foi onde se iniciaram as investigações, onde foram deferidas as diligências, as autorizações para interceptação telefônica e os demais atos, tendo sido apenas a prisão do réu registrado na comarca de Rio das Pedras, que em nada tem correlato com os fatos" (fl. 8).

Aduzem a existência de diversos tipos de vícios a ensejar a nulidade das provas obtidas com as interceptações telefônicas autorizadas pelo magistrado e todo o conjunto probatório delas derivado.

Requer, liminarmente e no mérito, "seja cassada decisão hostilizada acolhendo-se a questão de incompetência do R. Juízo de Piracicaba, anulando-se todos os atos decisórios e revogando-se a custódia prévia tendo em vista a evidente excesso de prazo na formação da culpa" (fl. 17).

Alternativamente, pugna pela concessão da ordem para "o fim de reconhecer a nulidade das interceptações telefônicas levadas a cabo determinando-se a sua extração dos autos, bem como, que o Juízo de Piso profira nova decisão de recebimento da denúncia uma vez que, a prisão do acusado decorreu justamente no ponto em que se verificou a nulidade da prova, declarando-se nula a apreensão do estupefaciente, ou ainda, para que o nobre julgador a quo profira nova decisão acerca do mérito no presente feito sem levar em conta a as interceptações telefônicas" (fl. 17).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ademais, a decisão do Tribunal de origem que inadmite recurso especial desafia a interposição de recurso próprio, não sendo cabível, a princípio, a impetração de *habeas corpus*. Vejam-se precedentes desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ESTUPRO, LESÃO CORPORAL GRAVE E AMEAÇA. DECISÃO MONOCRÁTICA DE INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. REMÉDIO INCABÍVEL. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Não é possível o conhecimento do habeas corpus, tendo em vista tratar-se de irresignação contra decisão monocrática do Presidente do Tribunal de origem que não admitiu recurso especial.
2. É descabido postular a concessão da ordem de habeas corpus de ofício, como forma de tentar burlar a inadmissão do recurso especial.
3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 540.073, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 22/11/2019.)

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício. (HC n. 553.419/SP, relator Ministro Leopoldo de Arruda Raposo, Desembargador convocado do TJPE, Quinta Turma, DJe de 28/2/2020.)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente